

40ª ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

ST28 Relações raciais: desigualdades, identidades e políticas públicas

MOVIMENTO NEGRO EM SERGIPE: DA BUROCRATIZAÇÃO AO RETORNO ÀS RUAS

Aline Ferreira da Silva (Doutora em Sociologia (UFS), Professora
do Instituto Federal de Alagoas

INTRODUÇÃO

Compreender os movimentos negros no Brasil foi sempre uma tarefa desafiadora para as Ciências Sociais. Além de tratarem-se de organizações plurais em suas diversas formas de ação, nos últimos anos tais movimentos adotaram inusitados mecanismos de atuação política, estreitando laços com o poder institucional e rompendo discursos históricos, como o de autonomia em relação ao Estado ou oposição em relação a este.

Assim, depois de ser considerado um movimento basicamente culturalista nos anos 1990 (HANCHARD ([1994] 2001), ser reivindicado como um movimento político na mesma década (BAIROS, 1996), os movimentos negros no Brasil chegam ao século XXI como um tipo de “novo movimento social” (SCHERER-WARREN, 2014). E nesta definição de “novo” estão compreendidas as ações que vão desde os protestos de rua e crítica ao engajamento partidário, até a defesa de um partido especificamente negro, a exemplo do PPLÊ (Partido de Livre Expressão Negra).

Diante disso, analisando o novo cenário político no qual entidades negras vão da luta pelos espaços institucionais à descrença em relação ao mesmo, apresentamos aqui as novas configurações do militantismo negro no Brasil. Primeiro, constatamos que existiu uma nova forma de fazer e afirmar a mobilização negro diante da aproximação com o Governo; segundo, estas novas articulações além de reconfigurarem as formas de agir e ser dos movimentos negros, demandam do cientista social novos referenciais analíticos para compreender tal fenômeno; e terceiro, embora as entidades negras sergipanas tenham

gozado de certo otimismo em torno da aproximação Governo/entidades negras, na última década tal euforismo cedeu espaço ao descontentamento quase que generalizado em torno da participação institucional.

Dada a abrangência do militantismo negro brasileiro, tomaremos como recorte sócio-espacial as mobilizações ocorridas no Estado de Sergipe. Diante disso, descreveremos, no percurso de pouco mais de uma década, o processo de institucionalização e “des-institucionalização” dos militantes negros no Estado, sem perder, porém, a dimensão nacional que envolve esta dinâmica local.

Apesar de o recorte investigativo concentrar-se sobre a realidade do Estado de Sergipe, o estudo pretende contribuir para uma reflexão mais abrangente sobre o significado do que é o militantismo negro na contemporaneidade e quais são as suas formas de reconhecimento enquanto tal.

1.0 DAS ESTRUTURAS QUE LEVARAM AO PODER INSTITUCIONAL

Por mais de uma década, precisamente os anos que compreendem os Governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), uma das principais frentes de luta dos movimentos negros no Brasil foi a reivindicação por acesso às estruturas de poder. No início dos anos 2000, os movimentos intensificaram a bandeira segundo a qual as políticas públicas raciais deveriam ser feitas e decididas pelos militantes negros, de forma que estes não fossem apenas coadjuvantes no processo de combate ao racismo, mas sim, agentes ativos.

Diante disso, individual e coletivamente lideranças dos movimentos negros pronunciaram-se a favor de que os espaços governamentais fossem democraticamente ocupados pela sociedade civil, de forma que esta passasse a representar seus próprios interesses. Assim podemos destacar os posicionamentos de organizações negras conhecidas nacionalmente, como por exemplo, o grupo Enegrecer, o Instituto Búzios e o Movimento Negro Unificado (MNU), os quais reivindicam lideranças do Movimento nos espaços de poder. A fala da intelectual e militante negra Leila GONZALES, representando o Coletivo Nacional de Juventude Negra – Enegrecer, revela bem essa reivindicação:

A questão dos governantes negros é muito importante. Eles têm um mínimo de poder para desenvolver esse tipo de tarefa, não há dúvida. Eu acho que o Movimento Negro tem que estar junto destes “caras”, tem que pressionar. Eles não podem somente ficar dizendo: “Olha, sou o primeiro governador negro eleito”. É importante que eles percebam a tarefa, a exigência ética que eles têm com relação a sua comunidade. E se é uma exigência ética, tem que ser política

também, porque as duas coisas se articulam. (GONZALES, Leila. In: Enegrecer – Coletivo Nacional de Juventude Negra, 2013)

No pronunciamento, Leila GONZALES (2013) representa de forma ilustrativa a ideia de participação institucional que alguns segmentos do movimento negro defendem. Conforme o disposto, observamos que, se por um lado, a ativista entende a presença do militante negro nos espaços institucionais como uma demanda necessária para a efetivação da igualdade racial, por outro, ela enfatiza o cuidado que deve haver entre os que estão no poder e as reais demandas da população negra. Afinal, mais que um ato normativo de fazer política e ocupar um espaço institucional, a condição de o militante negro estar no poder vincula-se diretamente a uma “exigência ética” dos que lá estão para com a comunidade negra. Trata-se de pensar essa relação como um compromisso diferenciado, uma exigência histórica, identitária e política do representante em relação aos seus representados.

O desejo dos movimentos negros veio a calhar com a abertura política que o País estava passando. Junto com a subida dos governos petistas à esfera federal, consagram-se uma série de discursos que dispunham sobre o reconhecimento do Brasil como um País plural e por conseguinte carente de maior representatividade política da população negra. A partir de então, o encontro entre dois discursos até o momento divergentes foi crucial para a concretização das muitas mudanças que protagonizaram a questão racial: de um lado, representando o poder estatal, o então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva “abre” o seu Governo para as demandas raciais, conclamando e convidando lideranças do Movimento para assumirem as coordenadorias e secretarias; de outro, reivindicando a criação de uma estrutura burocrática específica para tratar das questões étnico-raciais, os movimentos negros entram na disputa por assumir o quadro de dirigentes nas instituições.

Em nível nacional, a criação da Seppir marcou profundamente o ápice da institucionalização dos movimentos negros no Brasil. Sem esquecer ou desconsiderar o papel da Fundação Cultural Palmares, primeiro órgão de governo a se dedicar à promoção e afirmação da cultura negra, a formação da Seppir não só abriu espaço para a atuação de lideranças dos movimentos negros em nível nacional como ainda funcionou como canal mobilizador de tal prática em diversas esferas e territórios brasileiros. Além disso, dado o seu *status* de órgão do Poder Executivo, com caráter de Ministério, a Secretaria dá à questão racial outro nível de enfoque, uma vez que passou a ter tratamento próprio, com designações próprias e assessoramento direto à Presidência da República.

A criação da Seppir promove, então, o ápice pragmático das retóricas participacionistas, tendo em vista a formação de um quadro de dirigentes, militantes negros, convocados para assumir tal Secretaria e outras que surgiram em nível estadual e municipal. Apresentando traços comuns como, serem negros e militantes da causa negra, tal quadro demarca o momento de consagração de alguns grupos específicos enquanto gestores do poder institucional. É o que fica evidente ao observamos o quadro a seguir:

QUADRO II: MILITANTES NEGROS OCUPANTES DA PRESIDÊNCIA DA SEPPIR NOS GOVERNOS LULA E DILMA (2003-2016)

Órgão	Profissional	Perfil
SEPPIR/Presidência	Matilde Ribeiro (Ministra entre 2003-2008)	Negra; Militante do movimento negro e do feminismo; Vem de “família de baixa renda”.
SEPPIR/Presidência	Martvs das Chagas (ex-ministro interino durante o mês de fevereiro de 2008)	Negro; Nascido em Minas Gerais; Militante do PT e do movimento negro.
SEPPIR/Presidência	Edson Santos (Ministro entre 2008-2010)	Negro; Nascido na “Cidade de Deus” (Rio de Janeiro); Foi diretor da União Nacional dos Estudantes (UNE), presidente do conselho de moradores da comunidade onde residiu.
SEPPIR/Presidência	Eloi Ferreira de Araújo (2010)	Negro; Nascido no Rio de Janeiro; Fundador do PT em Petrópolis e militante do movimento negro.
SEPPIR/Presidência	Luiza Helena Bairos (2008-2014)	Negra; Nascida em Porto Alegre; Socióloga; Militante do Movimento Negro Unificado.
SEPPIR/Presidência	Nilma Lino Gomes (2015-atual)	Negra; Nascida em Belo Horizonte; Pedagoga; Militante do movimento negro.

Fonte: Informações dispostas no site: <http://www.portaldainigualdade.gov.br/>.

A criação de tais órgãos com a corrente ocupação dos mesmos por lideranças de movimentos negros institucionalizou um novo perfil de militantismo negro no Brasil. Não obstante as lutas de ruas, as manifestações organizadas com intuito de pressionar o poder estatal, a atuação agora ocorre dentro das estruturas burocráticas, de forma que o Estado já não aparece como oponente direto, mas como possível aliado.

Dentro desta dinâmica e com o crescimento rápido do número de instituições de promoção da igualdade racial em todo o território brasileiro, a euforia tomou conta dos movimentos negros. Ao longo dos anos 2003-2016 quase duzentas instituições foram criadas, abrangendo desde secretarias e coordenadorias estaduais, à órgãos municipais. Neste cenário, o Estado de Sergipe foi um exemplo bem ilustrativo da política que vinha

se desenvolvendo a nível nacional. Na última década, onze instituições, entre estaduais e municipais, foram criadas com o objetivo de tratar especificamente da política de igualdade racial no Estado, de forma que o organograma destas foi preenchido por diversas lideranças dos movimentos negros. O Quadro II ilustra este processo de institucionalização:

QUADRO IV: INSTITUIÇÕES DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NO ESTADO DE SERGIPE (2003-2015)

Órgão	Ano	Vinculação
Assessoria de Promoção da Igualdade Racial (ASPIR)	2003	Prefeitura Municipal de Aracaju/Governo do PT/Marcelo Déda
Coordenação de Promoção da Igualdade Racial de Sergipe (COPPIR) – vinculada à Secretaria Estadual do Trabalho	2007	Governo do Estado
Fundação Municipal de Cultura e Turismo de Aracaju	2007	Prefeitura de Aracaju
Fórum permanente de diversidade étnico-racial	2007	Prefeitura de Aracaju
Coordenadoria Municipal de Igualdade Racial (COPIR)	2011	Prefeitura Municipal de Aracaju/Governo do PC do B/Edvaldo Nogueira
Secretaria Municipal de Inclusão Racial de Laranjeiras ¹	2011	Prefeitura de Laranjeiras
Secretaria Municipal de Inclusão Racial	2012	Prefeitura de São Cristóvão
Coepir – Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial	2013	Governo do Estado
Coordenação de Políticas Raciais	2014	Barra dos Coqueiros
Coordenadoria Executiva de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	2014	Nossa Senhora do Socorro
Coordenação Municipal de Promoção de Igualdade Racial e Comunidades Tradicionais	2014	Estância

Fonte: (CEAFRO, 2009) e entrevistas realizadas entre 2011-2013.

Desde o início dos anos 2000, mais precisamente com o Governo Marcelo Déda (PT), foram criadas no Estado de Sergipe, tanto em nível estadual quanto municipal, diversas instituições específicas voltadas à questão racial. Nas estruturas administrativas destas estavam lideranças dos movimentos negros responsáveis por comporem o quadro de gestores da questão racial no Estado.

Durante algum tempo, a conformação deste quadro foi visto com muito otimismo por grande parte dos militantes negros. Com algumas poucas exceções que falam do perigo da cooptação, muitas entidades exaltavam o fato de que, enfim, a consolidação da política de igualdade racial estava próxima.

Em termos de visibilidade, a quantidade de eventos debatendo a questão racial cresceu consideravelmente. Somente no Estado de Sergipe, tivemos a realização de três

¹ <http://www.laranjeiras.se.gov.br/sec-inc-racial.asp>.

Conferências Estaduais de Promoção da Igualdade Racial, as quais reuniram lideranças nacionais e locais para debater sobre demandas.

Outra questão bastante destacada com a formação do cenário apresentado foi a ideia de empoderamento da população negra. O fato de lideranças do Movimento serem convidadas para acessarem os espaços institucionais de governo como executores de políticas públicas gerou todo um clima positivo acerca da forma como a questão racial estava sendo conduzida. E isso não só apresentava a política institucional como algo possível para aquela população, quanto apresentava a própria população negra como necessária para a condução daquela nova proposta de política e sociedade.

Não tardou, porém, e as condições práticas e cotidianas das estruturas estatais trouxeram uma realidade sombria sobre o “estar no poder”. Entre faltas de orçamentos, gestores e “boa vontade” dos demais dirigentes para com a questão racial, um sentimento de inacessibilidade ao poder tomou conta dos militantes negros ocupantes de cargos institucionais. As inconstâncias dos governos, que não sabiam até quando manteriam as instituições de igualdade racial, somadas a crise política do PT, a qual deflagrou na ascensão do Governo Michel Temer (PMDB), geral não só o descontentamento da população negra com o poder institucional, quanto os militantes a darem novos contornos a suas mobilizações.

1.1 O ESFACELAMENTO DAS ESTRUTURAS

Durante cerca de dez anos as instituições apresentadas nos Quadros I e II foram responsáveis por dar maior visibilidade ao trato da questão racial no Brasil. Entre políticas voltadas para comunidades quilombolas, comunidades de terreiro, grupos de jovens, a temática passou, de fato, a ser objeto de discussão no ceio da política institucional. No entanto, nos últimos dois anos, houve, no Brasil, e no Estado de Sergipe em particular, uma espécie de esfacelamento das estruturas de promoção da igualdade racial. Diversas instituições foram fechadas, outras tiveram suas verbas orçamentárias reduzidas e outras ainda permanecem inscritas apenas “no papel”.

Na ceara desse processo de esfacelamento, a desagregação e fim da Seppir foi um dos fatos mais emblemáticos. Ameaçada de ser extinta desde o final do Governo Lula

(2010), a Secretaria viveu a crise da falta de verbas durante o Governo Dilma (2011-2016 e foi desativada em 2016, com a ascensão do Governo Temer (2016-atual).

Durante o tempo em que existiu, a Seppir requereu das diversas entidades do movimento negro uma pressão constante para manter-se com poder de ação, exigindo destas a constante luta por orçamento, representatividade e colaboração dos demais órgãos de governo. Quando ministra da Seppir, Luiza Bairros (2013) publicitou por diversas vezes as suas angústias pela dificuldade de fazer a instituição funcionar. Nas palavras da mesma, além de a Seppir ter sido o órgão com menor dotação orçamentária, ainda enfrentava a falta de estrutura física e, sobretudo, a falta de profissionais para elaborar e implementar ações. Com isso, a Ministra concluiu: “sem estrutura, a Seppir não consegue trabalhar para fora”. Ou seja, as políticas não chegam até o seu público alvo, que são as comunidades quilombolas, as comunidades de terreiro e a população negra em geral.

Em 2015, já na eminência de ser extinta, entidades dos movimentos negros enviou uma carta à Presidenta Dilma, reivindicando a manutenção do *status* de ministério da Seppir. Reunindo a assinatura de 158 entidades dos movimentos negros, de afins e de algumas personalidades², o documento manifestou apoio à Presidenta, exigindo, no entanto, o mesmo da parte dela:

Senhora Presidenta Dilma, **todos nós saímos e sairemos às ruas em defesa da legitimidade do seu Governo**, ungido pelo voto de 54 milhões de brasileiros, em defesa da democracia e da vida. Mas **entendemos como inaceitável a desmontagem de estruturas administrativas, de controle social e de diálogo entre governo e sociedade, que vem pautando a luta contra toda forma de preconceito e desigualdade**, e a duras penas tem conseguido alterar a realidade de milhares de brasileiros e brasileiras, com a redução da pobreza, das diferenças regionais e culturais. Portanto, **agora é o momento de continuar, aprimorar a gestão pública para consolidação das iniciativas criadas e de pavimentação da trilha da cidadania**. Por isso, as entidades dos movimentos sociais, cidadãos e cidadãs, intelectuais, artistas e militantes assinam o Manifesto abaixo, contra a alteração do desenho institucional nas Secretarias de Políticas para as Mulheres, da Promoção da Igualdade Racial, de Direitos Humanos e de Juventude e em **defesa do fortalecimento institucional desses órgãos**, pois queremos que o Brasil dê um salto para o futuro, eliminando de vez a chaga dos preconceitos, do racismo, do sexismo e das desigualdades sociais e regionais. (Carta à Presidente Dilma, 2015)

Com o título “**Nenhum direito a menos, democracia se faz com diálogo e participação**”, a carta defendia expressamente o fortalecimento institucional de órgãos

² Dexter (Marcos Fernandes de Omena) – Rapper; GOG (Genival Oliveira Gonçalves) – Rapper e poeta; Hélio Santos – Professor universitário (Visconde de Cairu – Salvador); Leci Brandão – Deputada Estadual e cantora; Valter Silvério – Professor universitário (UFSCAR).

como a Seppir e a Secretaria de Políticas para as Mulheres. De acordo com o conteúdo apresentado, a existência de tais órgãos foi uma conquista há muito pretendida pelos movimentos sociais, galgada com muita luta e que, portanto, não poderia ser simplesmente extinta. Além disso, fica claro no conteúdo apresentado que, apesar de todos os desafios e dificuldades enfrentadas, a manutenção daqueles órgãos é uma das maneiras mais viáveis para se manter o estreitamento da relação entre estado e sociedade civil.

Em Sergipe, o possível fim da Seppir também gerou reações por parte de lideranças do movimento negro. Prova disso são as assinaturas das entidades negras sergipanas “Abaça Ogum de Ronda”, “Irmandade Santa Bárbara” e “Yle Asse Obe Fara BARAHUMERJIONAN” na carta enviada à Presidenta; e as falas dos entrevistados que manifestavam com muita indignação o possível fim do Órgão.

Apesar das fortes reações das diversas entidades e lideranças que compõem os movimentos negros, os anos de 2015-2016 marcaram o fim de grandes conquistas. A principal delas foi a extinção da Seppir. Em entrevista à CUT (Central Única dos Trabalhadores), a então Ministra da Secretaria no período em que foi extinta, Nilma Lino, falou sobre o seu descontentamento sobre tal ação, descrevendo o novo Governo como o regresso de um processo que ainda estava em via de consolidação. Nas palavras da mesma:

O nosso ministério estava em processo de construção, ainda sendo inserido na estrutura governamental, quando veio esse golpe e extinguiu o nosso ministério. Isso é dramático, não somente por conta do momento em que estávamos, mas pela concepção que está por trás dessa extinção. A criação de uma pasta nova, sob o nome de ‘Justiça e Cidadania’, vinculada ao Ministério da Justiça, mostra a disposição de tratar nossas pautas como casos de Segurança Pública. (Nilma LINO, 2016)

O fato de a questão racial ser dirimida dentro da pasta de “Justiça e Cidadania” foi visto com reprovação pela ex-ministra. Dentre outros motivos, a mesma alegou que tal aglutinação faria com que a questão racial perdesse o seu caráter específico, o seu viés histórico, cultural e étnico, já que tomaria como viés a ideia de segurança pública.

Apesar da grande polêmica gerada em torno do fim da Seppir, o fato é que anos antes, diversas instituições de promoção da igualdade racial já vinham definindo. No Estado de Sergipe, as principais crises institucionais já vinham ocorrendo desde 2014, quando a Coordenadoria Estadual de Promoção da Igualdade Racial foi passada pelo processo de incertezas até chegar a extinção. Considerada uma das grandes conquistas do Estado de Sergipe em relação à política racial, a Copir Estadual foi apresentada como uma referência para provar que, em Sergipe, havia um Governo preocupado com as demandas raciais e que ele agia em conformidade com a política nacional.

Criada no ano de 2007, a Coordenadoria esteve ligada, inicialmente, à **Secretaria do Trabalho, da Juventude e da Promoção da Igualdade Racial**, e, depois, a partir de 2011, à **Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania (SEDHUC)**. Nos primeiros anos de funcionamento, destacou-se por travar um debate mais próximo com representantes nacionais. Em 2013, no ato de lançamento do **Catálogo Religiões de Matriz Africana em Sergipe** e da **Cartilha As Religiões de Matriz Africana e a Promoção da Igualdade Racial**, a Coordenadoria trouxe a Ministra da Seppir, Luiza Bairros, para o evento, o qual reuniu o então Governador do Estado, Marcelo Déda, líderes religiosos, representantes do movimento negro e lideranças políticas em geral.

No que diz respeito à visibilidade dada ao debate racial no Estado pela Copir, podemos citar a realização de atividades como a I, II e III Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial. Nelas, havia o contato e o diálogo entre gestores (locais e nacionais), representantes de comunidades negras (quilombolas, de terreiro) e do movimento negro, viabilizando não só o contato entre eles, mas gerando, também, espaços possíveis para a participação da população negra.

Ocorre que, apesar dos esforços, as condições de funcionamento da Coordenadoria deixavam muito a desejar. Desde a questão da estrutura física até o quantitativo de gestores, tudo era muito precário. Aliado a isso, o excesso de burocracia para liberação de verbas ou para aprovação de projetos gerou um certo desestímulo naqueles que atuavam na instituição e também nos que recebiam ou deveriam receber os serviços. Nas palavras do Entrevistado 10:

Nosso projeto aqui, com dinheiro em conta pra questão racial, o dinheiro tava lá, nós íamos lá e víamos. Mas não podia pagar. Aquela coisa: tava a árvore do dinheiro aqui e a gente não podia subir na árvore. Então, o dinheiro em conta, coisa que a gente guarda a sete chaves... Então um dos grandes problemas foi esse. A gente empenhou toda a nossa força em tá correndo por dentro das Secretarias de Governo pra ter acesso a esses recursos. O Estado fez outro CNPJ e aí começou a entrar dinheiro. Mas com isso perdemos o prazo da retirada e o dinheiro voltou pra Brasília. (Entrevistado 10, 2015)

Além do fator burocrático, o Entrevistado 10 nos fala ainda dos inúmeros entraves políticos, os quais foram desde à exoneração dele por cerca de dois meses até as dificuldades em falar com o Governador sobre o assunto:

Já que **a burocracia tava travando**, a gente não chegava a Marcelo Déda. Quando chegava, **tinha ali um aparelho invisível que nos afastava dele.** (Idem)

Tinha uma quebra minha no governo. Eu, exonerado, passei um mês trabalhando sem recurso. Aí Jackson entra no jogo, e eu volto pro Governo. Quando inauguramos a estátua de Zumbi, eu estava exonerado. Se nós não tivéssemos

esse predestinamento e não entrássemos no que eles tavam querendo, que era destituir, não ter ninguém incomodando... (Idem)

Tais apontamentos evidenciam que fazer parte das estruturas de governo foi apenas uma conquista diante de tantos desafios que seriam enfrentados. Afinal, entre os impedimentos concretos e simbólicos, existia uma política que não conseguia tomar força além da ideia. E, diante disso, até mesmo a certeza da existência de uma Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial em Sergipe cai por terra. Sucumbida pela crise orçamentária e pela disputa por espaço diante de outros setores sociais, a Coppir, depois de um ano lutando para existir pelo menos enquanto Conselho, foi desarticulada.

A proposta era de uma Coordenadoria. Não ficou no papel que era uma Coordenadoria, entendeu? Deram o golpe legal na gente. Nós assistimos um cheque em branco. Dentro da Coordenadoria do Governo do Estado tinha uma ação voltada para a Promoção da Igualdade Racial. E agora a gente batalha pelo conselho até hoje. Nós propomos um Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, tem a fala, tem um documento pronto que já tá na Assembleia e não anda. Veja, aí tem aquela história lá de ter ação voltada para a população, isso tinha dentro do Governo. Que era pra ter repatriamento do Governo Federal, senão não tinha reembolso e era preciso sair bem na fita. E o outro detalhe para firmar convênio com o BID. (Entrevistado 10, 2015)

Nesse momento, a bandeira política levantada pelo Governo do PT em Sergipe, o qual se afirmava como acolhedor das diversidades sociais, e pelos próprios militantes negros gestores, sofre um abalo. Afinal, não apenas as dificuldades eram grandes, como também a própria existência da Coordenadoria não passava de um discurso. Discurso no sentido de que não existia nada que a instituisse como tal. Além de um grupo de três dirigentes que promoviam ações em nome da chamada população negra, não havia mais nada que desse àquela o *status* de Coordenadoria. Tanto foi assim que, na medida em que os seus dirigentes foram rompendo com o Governo, o órgão foi sendo dissipado.

E, diante dos fatos, a questão que permeou as nossas mentes foi: até que ponto o trato da questão racial em Sergipe foi uma vitória dos movimentos negros, ao conseguir adentrar os espaços institucionais, ou uma forma de silenciar o protesto de rua? Ou, ainda, seria esse Governo sensível à política da igualdade racial ou estaria ele se utilizando de uma estratégia política para captação de verba e ser visto de forma empática pelo Governo Federal e por órgãos internacionais?

A fala do entrevistado nos dá indício de que havia grande interesse em termos econômicos, já que, com os projetos de igualdade racial, o Governo do Estado recebia repatriamento do Governo Federal. Além disso, essa era uma forma de chamar a atenção de órgãos internacionais, a exemplo do BID, o qual firmou contrato com a “Coordenadoria”, dedicando estudos e investimentos financeiros.

Não podemos esquecer também que a mudança repentina de Governo, a qual ocasionou a saída de Marcelo Déda (PT) em substituição por Jackson Barreto/PMDB (2013-atual) trouxe mudanças bastante profundas. Conforme afirmam a unanimidade dos entrevistados, o Governador do PT era muito mais sensível às demandas raciais, sendo, inclusive, mais aberto ao debate com os militantes e com a comunidade negra em geral.

Em 2014, a Copir Estadual foi oficialmente extinta. Numa cena que marca o desrespeito para com o suposto órgão, o Entrevistado 10 nos apresentou, de forma enfática, como se deu o processo de tomada da estrutura física do que seria a Copir por gestores de outras pastas:

Recentemente foi um grupo com a cabeça do PMDB buscar o espaço da Coordenação, dizendo “o Governador mandou”. Ai Bitencourt falou: **“olha aqui não existia nenhuma secretaria de promoção da igualdade racial, existia Pedro Neto fazendo as coisas aqui, com o Iriwan, mas isso não existia”**. Então não tem coordenação aqui. Não tem nenhum decreto, teve a nomeação das pessoas, mas a construção do órgão não existiu. (Entrevistado 10, 2015)

Tratada como “fantasma”, a até então apresentada como Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial de Sergipe passou a ser, oficialmente, um órgão inexistente. Sem maior ou menor contrapartida do então Secretário de Direitos Humanos e Cidadania, o pequeno espaço antes ocupado pelas questões raciais foi cedido para outros propósitos, dando de fato sentido à metáfora “nós assinamos um cheque em branco”.

Por fim, vale destacar que o mesmo dirigente que foi enfático ao afirmar a inexistência da Coppel, ou seja, o Secretário de Direitos Humanos e Cidadania, esteve presente em vários eventos realizados pela Secretaria à qual estava vinculado, expressando, em seus discursos, o avanço de Sergipe por ter uma Coordenadoria de Promoção da Igualdade Racial. No evento da III Conferência de Promoção da Igualdade Racial (2013), o Secretário havia composto a mesa junto com a Ministra da Seppir e com os demais representantes da questão racial no Estado, orgulhando-se em participar de um evento organizado pela Coordenadoria de Igualdade Racial de Sergipe.

A extinção da Coppel Estadual foi apenas um caso diante de tantos outros que ocorreram no Estado de Sergipe. Aliás, pode-se dizer que, atualmente, as poucas instituições que existem possuem uma atuação quase que isolada, figurando praticamente como sujeitos ilustrativos em eventos.

Antes da Copir Estadual, um dos primeiros casos a ser extinto foi a Coordenadoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial. Criada inicialmente na forma de Assessoria de Promoção da Igualdade Racial (ASPIR), em 2003, o órgão foi um dos primeiros espaços

de contato entre Governo e demandas raciais do Município. Em 2011, depois de um tempo desativada, a Assessoria ressurgiu no formato de Coordenadoria, fruto de pressões dos militantes do movimento negro e do apoio político local e nacional (SOUZA, 2013). Regulamentada pelo Projeto de Lei Complementar nº 03/2011, a Copir Municipal foi disposta como órgão vinculado à Secretaria Municipal de Participação Popular, funcionando com sede própria e verba prevista no orçamento do Município.

Durante os dois anos de existência, a Coordenadoria Municipal foi, conforme dispôs o Entrevistado 2, um órgão de uma única pessoa, a quem eram devidas todas as tarefas, desde a elaboração de ações até a execução delas. Embora enfrentasse um quadro bastante precário de funcionários, estrutura e verba, a Coordenadoria teve um certo êxito na realização e/ou participação em eventos locais e nacionais. Além de realizar inúmeras reuniões com representantes de religiões de matrizes africanas, marchas contra o racismo, manifestos contra a intolerância religiosa, a Coordenadoria ainda se fez presente em eventos nacionais como o Rio+20.

Diferente da Copir Estadual, a Copir Municipal concentrou suas ações no trabalho com comunidades de terreiro. E, junto com elas, a Coordenadoria travou um diálogo mais profícuo com representantes da OAB, na tentativa de conter a leva de proibição de cultos afro-brasileiros. Uma dessas reuniões foi tema de reportagem exibida no site Jusbrasil:

O presidente da OAB/SE, Carlos Augusto Monteiro Nascimento, atendendo a solicitação dos participantes da religião Candomblé, recebeu em audiência pública, no dia 28 de setembro, representantes de vários terreiros de Sergipe, bem como o presidente da **Coordenadoria da Igualdade Racial da Prefeitura Municipal de Aracaju, Florival de Souza Filho**. Eles informaram a OAB que alguns terreiros estavam sendo impedidos de professar religião por conta do barulho de suas manifestações culturais. (<http://oab-se.jusbrasil.com.br/noticias/2914337/integrantes-do-candomble-sao-proibidos-de-realizar-seus-cultos>)

Dentre as conquistas alcançadas com o estreitamento desse diálogo, a Ordem dos Advogados Brasileiros de Sergipe (OAB/SE) levou o caso para a Comissão de Direitos Humanos e depois para o Conselho Seccional. Com base nos relatos feitos pelos membros das comunidades de terreiro, juntamente com o Coordenador Municipal da Copir, as Comissões determinaram que tal impedimento era uma violação ao direito constitucional de liberdade de culto, ofendendo a dignidade da pessoa humana. A OAB determinou ainda que medidas judiciais fossem adotadas para garantir o direito de culto dos terreiros.

Durante alguns meses, a Copir Municipal atuou organizando eventos em que debatia sobre direitos dos povos de terreiro. A vitória do caso levado à OAB/SE abriu brecha para que a Coordenadoria chamasse a atenção das demais comunidades de terreiro

para tal fato. Todavia, dada a falta de verbas e estrutura física e humana, os trabalhos da instituição ficaram concentrados apenas no nível da participação em eventos.

Depois de dois anos de funcionamento, a Copir Municipal foi extinta. Com a emergência do Governo João Alves Filho (DEM), em 2013, o trato dado à questão racial em termos de política institucional já não mais existia, abrindo brecha para insatisfação e muitas polêmicas por parte de membros do movimento negro e adversários políticos.

No momento seguinte à extinção da Copir Municipal, um fato bastante polêmico chamou atenção. Tratou-se do caso de duas professoras da Rede Municipal de Ensino, as quais foram acusadas e condenadas pelo então Prefeito João Alves Filho de não cumprirem suas atividades escolares. O motivo alegado foi que as docentes não fizeram uso do material didático adotado pela rede de ensino. Ocorre que, entre os motivos alegados pelas profissionais para tal recusa, estavam o de que o material eleito pela Secretaria Municipal de Educação, **Alfa e Beto**, apresentava conteúdos racistas, preconceituosos e homofóbicos. O precedente dessa afirmação estava na ação judicial impetrada contra a Prefeitura Municipal de Salvador, a qual, por determinação da justiça, foi obrigada a retirar todo o material de circulação.

No Município de Aracaju, o mesmo não ocorreu. Sem refletir sobre a situação, o então Prefeito determinou a sua sentença, suspendendo salário e 13º das professoras, conforme apresentado abaixo pela moção de repúdio feita pela Central Única dos Trabalhadores de Sergipe (CUT–Sergipe):

Moção de Repúdio ao Prefeito de Aracaju João Alves Filho
Escrito por: CUT/SE

A direção da CUT – Sergipe reunida no dia 06 de Dezembro de 2013 aprovou por unanimidade a presente MOÇÃO DE REPÚDIO ao Prefeito de Aracaju João Alves Filho pela perseguição promovida as professoras Adjane Lima de Souza e Márcia Aparecida da Escola Municipal José Garcez Vieira, situada no bairro Siqueira Campos, que foram condenadas a terem seus salários do mês de Dezembro de 2013 e o 13º salários cortados pelo fato de exercerem a autonomia docente de ensinar.

As professoras Adjane e Márcia foram condenadas a suspensão de 30 dias das atividades num inquérito administrativo a terem cortados o salário de dezembro e 13º salário pelo fato de se recusarem a trabalhar com um pacote educacional comprado pela Prefeitura de Aracaju, chamado Alfa e Beto.

Esse pacote Alfa e Beto foi motivo de ação judicial do Ministério Público da Bahia por ser racista e preconceituoso que obrigou a Prefeitura de Municipal de Salvador, administrada também pelos Democratas, a devolver todo material em função do caráter racista. Em Aracaju, esse material vem sendo adotado pela Prefeitura. Entretanto, a recusa das professoras em adotarem o Alfa e Beto motivou uma punição que poderá ter consequências para a aposentadoria, licença prêmio e avanço na carreira.

Essa ação do Prefeito João Alves Filho é perversa por perseguir as duas professoras num momento festivo de Natal, suspendendo o salário do mês e 13º salário, o que resulta numa clara ação de perseguição e desrespeito a Constituição Federal, Constituição Estadual e LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que garante as escolas e aos docentes autonomia e concepção pedagógica.

A direção da CUT – Sergipe ainda cobra posição do Ministério Público de Sergipe sobre o referido pacote educacional, diante da posição já tomada pelo Ministério Público da Bahia, pois não podemos admitir que livro didático cometa crime de racismo.

Direção Estadual da CUT - Sergipe (Disponível em: <http://www.cut-se.org.br/destaques/287/mocao-de-repudio-ao-prefeito-de-aracaju-joao-alves-filho>)

Além do parecer da CUT, o caso foi tão polêmico que gerou mobilização de alguns dirigentes políticos, a exemplo do Vereador do PT Iran Barbosa e da Deputada Estadual Ana Lúcia, bem como de órgãos como o Sintese (Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Sergipe). O desfecho culminou na devolução do salário das professoras, porém sem que houvesse nenhuma retratação ou algo semelhante ao que aconteceu na Bahia.

Diferentemente do que houve em Salvador/Ba, em Sergipe não debateu-se de fato o preconceito racial que estava envolto naquela polêmica. Os materiais didáticos, estopim daquele conflito, continuaram sendo usados pelas escolas.

A sensação diante de tais acontecimentos era de que o problema racial estava novamente tornando-se um fato invisível. Afinal, o evento em questão exaltava muito mais que uma perseguição individual por conta de as professoras não aceitarem trabalhar com determinado material didático. Mais que isso, tratou-se do cerceamento de uma luta coletiva, na medida em que calou vozes que se propunham a não reproduzir ideologias e posturas racistas. No entanto, nada disso foi levado em consideração pela liderança política atual e nem mesmo pelo Ministério Público. E, como que suprimido em meio a tanto autoritarismo, o problema, que, inicialmente, era de cunho étnico-racial, tornou-se um problema de cunho moral-individual.

Nos demais Municípios do Estado onde havia instituições de promoção da igualdade racial, a realidade da “extinção” não foi muito diferente. Isso porque, embora em alguns casos as instituições não tivessem desaparecido de fato, ao longo dos processos de reestruturações, elas passaram por mudanças que as fizeram se distanciar dos seus propósitos iniciais. Dessa forma, podemos citar o caso da Secretaria de Inclusão Racial de Laranjeiras. Criada desde 2009, a Secretaria foi uma das poucas a resistir ao tempo e às pressões políticas. No entanto, embora tenha passado por diversos enxugamentos institucionais, o órgão funcionou sem que tivesse expressão política de destaque. Em 2013,

depois de muitas negociações, a Secretaria de Inclusão Racial transformou-se em Secretaria de Pesca, a qual passou a ser dirigida por um membro da Cooperativa de Pesca do Município. O seu enfoque racial foi praticamente substituído por um viés mais empreendedor, fortalecendo ações como “turismo na comunidade”, cursos de pesca e empreendedorismo, cooperativismo. Ou seja, de alguma forma, o foco direcionado para a promoção da igualdade racial acabou, de fato, tomando outro rumo. O debate sobre racismo e políticas raciais deu espaço para o debate sobre produtor familiar e otimização da atividade pesqueira.

Observamos com isso que, como no cenário brasileiro, a questão racial e o militantismo negro em Sergipe passaram do ápice da institucionalização, com a criação de órgãos específicos para tratar o tema, até a desestruturação e descrença acerca da forma como se abordava tais assuntos. Assim como a Seppir, em nível Nacional, sofreu com a diminuição orçamentária, com a redução do quadro de dirigentes e até mesmo com a extinção de algumas pastas, o caso de Sergipe não foi diferente. A extinção de algumas coordenadorias, atrelada a fragilidade daqueles que continuaram, acabaram por gerar todo um cenário propício para que o militantismo no Estado tivesse que ser repensado.

Frente aos relatos de que o “negro subiu ao poder SEM PODER”, porque faltavam estrutura, pessoas, orçamento ou mesmo vontade dos pares, o que encontramos nos discursos de muitas lideranças que estão ou estavam em instituição pública é uma fala de cansaço. Cansaço das “promessas não cumpridas”; do tempo dedicado e sem o devido sucesso; e da busca por institucionalizar uma luta que talvez tenha sido mais desmobilizada do que mobilizada. Frente a isso, o Movimento navega em uma série de caminhos ainda indefinidos, afinal é preciso refazê-lo, e isto suscita inúmeras possibilidades: retomar os protestos de rua?

1.2 AO PODER SEM PODER

Frustração! Esse foi o sentimento que permeou a fala dos nossos entrevistados durante o último ano de contato com eles. Tanto em nível local quanto em nível nacional, os militantes, gestores ou não, expressavam um misto de desespero, descontentamento e indignação. Afinal, junto do que se manifestava como “a crise do Governo Dilma”, veio uma série de polêmicas em torno do corte de verbas, do fim da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial e da extinção de uma série de órgãos estaduais e municipais.

Diante disso, novos discursos passaram a configurar a ação desses grupos, de forma que alianças foram revistas e estratégias foram modificadas. Num primeiro momento, podemos destacar que diversas entidades do movimento negro passaram a negar o Governo Federal como representativo das demandas raciais. Muitos dos militantes consideraram-se traídos pelos Governos Lula e Dilma, mas sobretudo “golpeados” com o Governo Temer. Paralelamente, os militantes em Sergipe exaltam a política local, destacando, em especial, a “falta de compromisso” do Prefeito da capital, do Governador do Estado e de suas cúpulas. No caso do Prefeito de Aracaju, João Alves Filho, assim que tomou posse, em 2013, no lugar de Edvaldo Nogueira (PC do B), a Copir Municipal foi extinta, ficando a Capital do Estado sem nenhum órgão de igualdade racial. No caso do Governador do Estado, Jackson Barreto, o qual entrou em exercício em 2013, como substituto de Marcelo Déda (PT), a Copir Estadual, depois de muita briga, também deixou de existir, de forma que o Estado também não apresentava nenhum órgão específico para tratar da questão racial. E no último ano, com a emergência do Governo Temer, a Seppir foi extinta.

Diante desse cenário, frustradas com o poder institucional, diversas lideranças do movimento negro passaram a reivindicar um novo discurso, agora o de “movimento autônomo”. Podemos assim citar o exemplo do PPLE (Partido de Livre Expressão Negra) e da Auto-Organização das Mulheres Negras de Sergipe. Tais movimentos surgem como resposta à insatisfação da política racial local e nacional e buscam atuar como uma frente de luta contra o poder “institucional-conservador”.

Com o esfacelamento das instituições de promoção da igualdade racial, os militantes raciais tiveram que encontrar novas estratégias de ação para as suas lutas. Diante disso, alternativas diversas passaram a ser embrionadas. Uma delas, idealizada por militantes e ex-gestores sergipanos, foi a criação de um Partido específico para negros, o PPLE. Outra alternativa adotada por ex-dirigentes de instituições de igualdade racial em Sergipe foi o retorno ao movimento de “rua”, defendido como forma de reconquistar a autonomia e fazer “reviver” o ímpeto militante que parecia estar adormecido. Com isso, temos a junção entre militantes não institucionalizados e militantes que foram gestores. A Auto-Organização das Mulheres Negras de Sergipe, o Movimento de Religiosidade de Matrizes Africanas e o Centro de Estudo e Ação Cultural Quilombo (CEACQ) são exemplos de movimentos dos quais ex-gestores passaram a fazer parte ou nos quais intensificaram a sua atuação depois de saírem dos seus cargos.

Além dessa busca por autonomia, temos ainda um pequeno grupo que resiste em abrir mão da institucionalização, seja permanecendo nas estruturas já falidas e sem condições de ir à frente, seja migrando para outros partidos, como foi o caso do Entrevistado 10, que migrou do PT para o PC do B.

Por fim, no que se refere à atuação dos militantes que não faziam parte das estruturas de poder, percebemos que existe uma maior tendência de mobilização para os protestos de rua. Estes, que também pareciam mais “acalmados” com a ideia de criação das instituições, demonstram-se mais ávidos a saírem do debate com os gestores para apresentarem suas vozes fora dos aparatos burocráticos. Assim, podemos destacar o caso da Unegro, que, durante o período de existência da Copir Estadual, estreitou o vínculo com ela, participando inclusive da III Conapir (2013), mas que, após o fim desta, passou a desenvolver ações mais direcionadas a mobilizações de rua.

1.2.1 Um partido dos afro-brasileiros - Partido Popular de Liberdade de Expressão Afro-brasileira - PPLE³

Após exatos dez anos de criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial e dez anos de criação da Coordenadoria Estadual de Promoção da Igualdade Racial – SE, lideranças do movimento negro, em claro descontentamento com o trabalho realizado pelo Governo, reuniram-se para propor a construção de um partido político afro-brasileiro, o PPLE. Tendo como um dos principais argumentos a desproteção da população negra em relação ao atual panorama político partidário brasileiro, a proposta nos chamou atenção para uma questão aparentemente contraditória: afinal, no momento em que o Brasil se reconhecia institucionalmente como um País racista, criando órgãos para superar o racismo e promover a igualdade racial, segmentos da população negra afirmam-se desprotegidos pelas ações partidárias e estatais.

Mas, é justamente diante dessa aparente contradição que devemos procurar novos referenciais explicativos para compreendermos o cenário de luta e composição dos movimentos negros no Brasil e em Sergipe. Afinal, que movimentos negros são esse que surgem pós-institucionalização?

³ Conforme disposto no documento de proposta do “novo partido”, a sigla PPLE é oriunda do idioma ioruba, *pèpèle*, cuja essência diz respeito a um montículo de terra, a base de sustentação dos altares sagrados.

Foi durante a realização da entrevista com um ex-gestor da Seppir, militante do movimento negro em Sergipe desde os anos 1980, que obtivemos a notícia de que lideranças dos movimentos negros de Sergipe e da Bahia estariam se reunindo para discutir uma proposta de formação do Partido Afro-brasileiro. A citada liderança, após doze anos atuando como gestor nacional na pasta de comunidades quilombolas, em Brasília, estava retornando ao Estado e, junto com outros militantes, empenhava-se na elaboração da proposta do PPLE – Partido Popular de Liberdade de Expressão Afro-Brasileiro.

Para o militante, a questão racial tinha progredido durante os anos do Governo Lula e Dilma, mas precisava lançar “novos voos”, de forma a ter autonomia e um trato mais específico. Nas palavras dele, as lideranças negras que estavam no poder muitas vezes tinham que dispersar suas forças políticas para falar em nome do Partido e não da causa racial, resumindo-se a meros funcionários dele:

a negrada participa de diversos partidos mas **não em posição de direção**. Eles têm que apoiar candidatos, que não necessariamente são candidatos negros ou que defendem a questão racial. São candidatos que têm compromisso não com a questão racial, mas com a estrutura partidária. Como eles são filiados... Eu vou votar no Rogério, não tem nada a ver com a questão racial, mas eu vou votar no Rogério porque é do partido. Então é isso que eu tô falando. Mas se nós tivéssemos disputando a direção do partido, poderíamos ter outra pessoa mais comprometida com essa temática. Então, nos partidos que a gente participa, que não é o meu partido, tem esse desafio. Além disso, ainda nesse contexto aqui, tem a forma como a negrada participa dessas estruturas, porque as vezes ela participa colada em alguém e **não de forma mais autônoma**... Além de que várias pessoas, por necessidade pessoal, colam nos mandatos, aí ficam como se fosse um **funcionário do mandato**, aí fica **sem nenhum tipo de poder de decisão**. Ele é funcionário e é tratado como funcionário pela figura do mandato, é como se fosse um partido dentro de um partido. Então ele nunca vai ser um candidato, **não vai ter espaço de crescimento**. (Entrevista 11)

Diante desse diagnóstico, o ex-gestor da Seppir nos convidou a participar da primeira reunião de formação do Partido Afro-brasileiro em Sergipe, a qual contemplaria em um só espaço lideranças dos movimentos negros de Sergipe e de Salvador, a exemplo de membros do Movimento Negro Unificado (MNU), das comunidades de terreiro, dos grupos de jovens, além da população em geral. No dia 1º de agosto de 2015, o Coordenador do PPLE/Região Nordeste, Walter Rui, deu início à reunião dispondo da seguinte fala de abertura:

Em **2011 o Movimento Negro do Rio de Janeiro** lançou a proposta da criação de um partido que contemplasse, de fato, a população negra, especificamente, **um partido político que tivesse uma atenção maior com as questões étnico-raciais**. Foi a partir de 2011 que os movimentos sociais, em particular, os afro-brasileiros, deram importantes contribuições para erguer um partido político **que representasse a diversidade do Brasil**, construindo políticas que focalizassem ações de modo a realizar reparos históricos à população negra que viveu 300 anos de escravidão e menos de 200 anos de libertação. Nesse sentido, através do

Partido dos Trabalhadores as políticas públicas focaram nas políticas de igualdade racial, o que, numa avaliação ampla, entendem que houve muitas melhorias para a população negra. Entretanto, as expectativas em pouco tempo cederam lugar às frustrações expressas em dados reais gritantes em que a população negra, especialmente os jovens, são assassinados massivamente, o aumento da violência incide com maiores índices na população negra e parda, menores indicadores de acesso à saúde, educação, trabalho. Os dados alarmantes revelam que os negros continuam marginalizados e portanto entendemos que não estão representados politicamente. O ponto de partida para erguer o PPLE foi a compreensão, **“caiu a ficha” de que nenhum partido representava os negros**. Além disso, refletimos que, o Partido que tinha apoiado estava envolvido em corrupções, daí deu-se a entender que fomos usados como **massa de manobra**, entendemos que os movimentos foram apenas **massa de manobra**. Nesse sentido, vimos que é preciso criar um partido que nos represente, daí surge o PPLE através do grupo negro do RJ. As discussões foram iniciadas no Rio de Janeiro e depois na Bahia, com muita aceitação, depois fundamos em Alagoas e agora estamos procurando articular os movimentos afrodescendentes em todo o Brasil, e, no meu caso, estou como coordenação da região Nordeste para fazer essa articulação. (Walter RUI, 2015)

O discurso do coordenador do PPLE da Região Nordeste, Walter RUI (2015), foi de grande valia para demarcarmos temporal e geograficamente o debate sobre a criação do Partido Afro-brasileiro. Nesse sentido, um primeiro ponto a ser destacado foi que, antes de surgir como uma proposta no Estado de Sergipe, isso já vinha sendo discutido em outras localidades, inicialmente no Rio de Janeiro, depois na Bahia e em Alagoas, e agora em Sergipe. Assim, nos ficou claro que o surgimento do Partido estava relacionado a demandas mais gerais, que não se resumiam ao cenário político sergipano, mas sim à forma como lideranças do movimento negro viam-se enquanto militantes raciais em um partido (no caso o PT).

Frente à ideia de que “caiu a ficha”, de que os movimentos negros haviam sido usado como “massa de manobra” pelo PT, erigia-se um sentimento, guiado por uma estratégia política, de que era preciso dar voz e autônoma ao negro. E essa voz seria alcançada com a representação política deles, na medida em que houvesse uma organização partidária com pretensões de disputa no campo eleitoral.

Eis então que o desencantamento com a forma de atuação do Partido dos Trabalhadores e com a política institucional teria sido generalizado, envolvendo desde a descrença em relação ao Partido até a falta de perspectiva em relação à política racial. Durante o encontro ocorrido em Sergipe, foram recorrentes as falas em reprovação ao trabalho desenvolvido pelo PT. As vozes em sua defesa pareciam ter subsumido frente aos inúmeros desabafos de insatisfação. E as acusações começaram a tomar força:

Os negros continuam apanhando, na pobreza, e é representado pelo PT. (Liderança negra da Bahia, IVAN, 2015)

Até hoje somos invisíveis nos partidos, quando fomos chamados pra construir, estruturar a política de esquerda no Brasil, não passamos de massa de manobra, nós fomos coadjuvantes. E a mulher negra, então, quase ausência total na câmara, principalmente no senado. (Idem)

Na Bahia, há muito tempo, já eliminamos o PT, inclusive o termo companheiro trocamos por irmãos (Coordenador do PPLE Nordeste, Walter RUI, 2015)

Os dados de que o Brasil estava finalmente caminhando rumo à igualdade racial foram substituídos pela indignação de que “os negros continuam apanhando, na pobreza”. O discurso de participação política, de aproximação entre Governo e Movimento, cedia espaço para o dado da invisibilidade dos negros ou até mesmo para a constatação de que ele não passavam de “massa de manobra” do Partido. E, por fim, as lideranças anunciavam veementemente a dissolução com o Partido dos Trabalhadores ou com o PC do B, substituindo, metaforicamente, a ideologia do “companheiros” por uma nova ideologia, a da “irmandade”.

A sistematização desses descontentamentos já não era tão inusitada assim. Desde 2013, quando foi elaborado o documento base de formação do PPLE, as acusações de que o PT não dava mais conta das aspirações dos movimentos negros, ou pelo menos de parte desses movimentos, já tinham vindo à tona. No Manifesto do Partido, a questão foi colocada da seguinte forma:

Julgamo-nos impotentes e desprotegidos diante do atual panorama político partidário brasileiro. Somos um país soberano e independente, rico e plural, mas com graves indicadores de violência, desigualdade, racismo e pobreza. Nas últimas décadas, avançamos na construção da democracia, superamos uma ditadura militar e aprovamos o impeachment de um Presidente da República. Combatemos um processo inflacionário feroz, iniciamos uma trajetória de redução das desigualdades sociais que ainda marcam nossa sociedade, mas não conseguimos dar educação de qualidade aos nossos filhos e garantir bom atendimento de saúde à população. (PPLE, 2013)

Vivemos num regime ainda com ranços monárquicos e uma governabilidade que se traduz na repartição de poderes, prerrogativas e orçamentos de Estado, onde a noção de política pública organizada, planejamento, integração e visão de longo prazo são inviabilizadas. Essa velha prática política, herdeira do colonialismo, do totalitarismo, do populismo, do racismo e outras formas de dominação e corrupção, ainda configuram uma cultura política arraigada e hegemônica que, não obstante a diversidade étnico-cultural de nosso povo, afeta diretamente uma parcela significativa da população que construiu os alicerces desta nação: os descendentes das tradições afro-brasileiras. (Idem)

Comparada ao colonialismo, totalitarismo, populismo, racismo e outras formas de domínio/repressão, a “política partidária brasileira” foi negada como mecanismo de superação da desigualdade racial. Para os defensores do Documento, a permanência de dados que informam sobre pobreza, violência, racismo e desigualdade indica que a política partidária foi impotente ao tentar resolver tais problemas históricos. Mais do que isso, ela

foi impotente e inconsistente, já que não foi pensada e executada a longo prazo. Tratou-se, na visão dos novos partidários, de uma vitória efêmera e volátil.

Tais posicionamentos reforçam, mais uma vez, a dialética discursiva que permeou o início da política de igualdade racial e o contexto atual. Aquele, cheio de expectativa; este, de frustração. Uma frustração que no seu ponto máximo propõe total ruptura com as estruturas partidárias tradicionais, o que, no discurso dos militantes, significa romper com o PT, o PC do B e tantos outros partidos de direita ou extrema esquerda, porque a busca agora deve ser por outra forma de composição partidária: contra “as formas tradicionais de fazer política”:

Luta contra a estagnação do Estado como instância administradora dos interesses difusos da sociedade”. (PPLE, 2013)

Queremos colocar a política a serviço do bem comum e garantir a nossa participação direta nas decisões políticas para propor ações, metas e prioridades. (Idem)

Diante disso, a proposta foi clara, a luta contra a estagnação do Estado deve contemplar a participação direta da população negra. Não mais como assessores ou membros de um partido cujo foco de ação não seja a questão racial. Mas tão somente como líderes diretos e autônomos de todas as decisões. E foi nesse ponto que entrou a concentração única e exclusiva do novo Partido para com os dilemas raciais. Segundo proposta contida no Manifesto do PPLE (2013):

Deste modo, nós, descendentes das tradições afro-brasileiras, no limiar de um regime democrático, **propomos a unidade político partidária do nosso povo como uma força autêntica, doutrinária, programática e ideológica**. Somos a maioria e irmanados em espírito, esforços e fidelidade. Conseguiremos concatenar um programa democrático que garanta formas de alcançar um desenvolvimento justo para a reconstrução da **verdadeira democracia**. (Manifesto PPLE, 2013)

Somos parte de um amplo movimento que almeja transformações sociais profundas no país e nos estruturamos como instrumento de representação política com a **intenção de resgatar e preservar a diversidade étnico-cultural da sociedade brasileira**. Com essa motivação nos organizamos na forma de um partido que tem como seu maior desafio **protagonizar a luta pela igualdade racial**, defendendo a **laicidade do Estado** e as demandas dos segmentos socialmente excluídos, como índios e ciganos, e em especial, os negros, quilombolas e praticantes de religião de matriz africana. (Idem)

Tomando como princípio o Estado laico, o Partido propôs não somente contemplar os interesses da população negra, como também da indígena, da cigana e dos socialmente excluídos. Para tanto, o Partido se autodeclarou como estratégia para fortalecer o princípio da pluralidade étnico-racial brasileira, de forma a garantir que nenhum grupo ou religião seja tomado como referência para os demais.

Além disso, buscando o que no Manifesto foi posto como “verdadeira democracia”, o Partido conclama que os afro-brasileiros sejam os protagonistas da realização desse projeto. O alicerce que os levará a isso é o sentimento de “irmandade do espírito” presente entre os “homens e mulheres de cor”, sentimento este que presume coerência de ideias, “autenticidade” e “fidelidade” na forma de agir. Trata-se, portanto, de buscar uma unidade político-partidária que demanda semelhanças mais radicais, na medida em que pressupõe que somente fatores como cor, cultura e religião podem levar a um fortalecimento de ideias em torno de um ideal.

Diante do exposto, observamos que a questão que assumiu centralidade no âmbito de discussão de um “novo partido” foi a busca de uma outra direção política para o afirmar da questão racial no âmbito institucional. No debate e nas propostas já existentes, há um consenso de que o projeto de sociedade alicerçada na bandeira de “governo dos trabalhadores” esvaiu-se. O dismantelo da “espinha dorsal” apresenta-se na verbalização como o ponto fulcral que deverá guiar um outro rumo, erguendo outro partido, outras bandeiras e agendas, inclusive assentado sob outra nomenclatura.

1.2.2 Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria

A “Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria” foi criada no primeiro semestre de 2014, com o objetivo de realizar “trabalhos de base” com mulheres negras na luta contra o racismo e o sexismo. A entidade não tem sede própria e é autofinanciada pelos membros do grupo, o qual é formado por militantes negras que fazem parte de diversas entidades do movimento negro sergipano, como, por exemplo: Uneafro, Movimento Negro Unificado, grupo Abaô, comunidades de terreiro, assim como estudantes universitários ou secundaristas em geral.

Uma das principais estratégias de ação da entidade está ligada à tentativa de conscientização e preparação política das mulheres negras para enfrentarem os problemas de ordem racial e sexista. Dessa forma, os encontros baseiam-se em reuniões mensais, as quais servem para debater as atividades feitas e as que ainda serão realizadas; e as chamadas “reuniões abertas, as quais são voltadas para atividades como: exibição de filmes, debate de textos ou compartilhamento de experiências de vida.

Com o lema básico baseado no princípio da autonomia, a “Auto-Organização” não impede a partidarização dos seus membros, porém não se vincula, enquanto organização,

a nenhum partido. Aliás, as falas de participantes da Organização são bem recorrentes ao afirmarem que a partidarização não faz parte do objetivo do grupo, porque a proposta dele é criar novas perspectivas de interpretação e enfrentamento da questão racial, e não reproduzir as ideologias já traçadas pelos partidos.

Em artigo publicado em rede social, a jornalista e militante da “Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe”, Laila OLIVEIRA (2015), descreve o que, no seu entendimento, são as principais frentes de luta da Organização:

Somos 49 milhões de mulheres negras no país, isto significa 25% da população brasileira, somos a maioria no nordeste, e em Sergipe somos 70% da população feminina, segundo os dados do Dossiê da Situação das Mulheres Negras organizado pelo IPEA em 2013. Apesar de sermos tantas, **continuamos invisibilizadas... Ainda somos as maiores vítimas do racismo institucional, nas portas das maternidades públicas e dos hospitais, estamos morrendo, nos presídios encarcerados, estamos morrendo, nas favelas, nos morros e nas esquinas. A mídia continua a nos violentar simbolicamente, não nos representa em papéis diversificados e múltiplos, continua a reproduzir estereótipos sexualizados, jocosos e em papéis subalternos.** Temos uma trajetória secular de **afetividade negada e caminhada solitária, o corpo que representa o desejo nos mitos e músicas brasileiras** é o que mais apanha segundo o último dossiê sobre Violência Contra Mulher, que só comprova o que já sabíamos, **51% das mulheres que sofrem violência** no país são as mulheres negras. (OLIVEIRA, 2015)⁴

Semelhante às retóricas dos militantes que ocupavam cargos nas esferas institucionais, Laila OLIVEIRA (2015) ressaltou a violência sofrida pelas mulheres negras em Sergipe; a pouca visibilidade dada a elas; as condições precárias a que são submetidas em ambientes como hospitais e presídios; e a violência simbólica praticada pela mídia, que estereotipa a mulher e, sobretudo, a mulher negra, como fatores que inspiraram a formação da Organização. Nesse sentido, observamos, como em outras narrativas, que o argumento do “sentir-se desprotegido”, apesar das políticas até então feitas, torna-se recorrente. Os dados apresentados pela militante reitera outros dados que foram citados por demais militantes em torno da violência policial contra os negros; ou da violência no mercado de trabalho, quando o negro recebe salários inferiores ao branco. Tudo isso é uma forma de dizer que, apesar de tudo o que foi feito, a discriminação ainda existe e que, portanto, o que foi feito ou é insuficiente ou não foi feito de maneira adequada.

Em outras passagens, a fala da militante Laila OLIVEIRA (2015) chama atenção ainda para a desproteção política e institucional que a questão racial vem sofrendo em nível nacional. Nesse sentido, a militante retrata o seu descontentamento em relação ao suposto

⁴ Disponível em: <http://bagaceiratalhada.com.br/quem-sobre-puxa-a-outra-quando-o-novembro-foi-negra-e-de-luta/>.

fim da Seppir e a sua indignação diante da forma como o órgão vem sendo tratado pelo poder institucional. Nas suas palavras da militante:

Além da ausência e do descaso com a população negra constatado com a negação de direitos básicos, **o retrocesso tem sido evidente com o fim da SEPPIR (Secretaria de Políticas para a Igualdade Racial) e da SPM (Secretaria de Políticas para Mulheres), reduzindo as pautas de dois movimentos históricos no Brasil a uma pasta de Direitos Humanos**, sim, absurdo. Com isso quero pontuar que não acredito que a conquista de direitos da população negra iria ser dada através das secretarias e ministérios não, mas o fim delas também aponta tempos mais difíceis. (Idem)

Na disposição acima, Laila OLIVEIRA (2015) foi clara ao demonstrar que o seu entusiasmo em relação ao trabalho desenvolvido pelas secretarias e pelos ministérios ligados à questão negra nunca foi tão grande: “não acredito que a conquista de direitos da população negra iria ser dada através das secretarias e ministérios não”. Todavia, o fim da Seppir representa, sim, um retrocesso no trato da questão racial, sobretudo porque o tema deixa de ser abordado com a especificidade que lhe é necessária para ser tratado de uma forma generalista, ou seja, como temática de Direitos Humanos.

Em conversa com outras militantes da “Auto-Organização das Mulheres Negras de Sergipe”, observamos que as críticas em relação às ações institucionais são inúmeras. De um modo geral, além de não se sentirem representadas por aqueles que estavam no poder, os quais, na maioria, eram homens, as militantes destacam ainda que acreditam numa “revolução fora das estruturas”. Diante disso é que a entidade afirma-se como uma “Auto-Organização”, ou seja, não está ligada a nenhuma estrutura política ou partidária. A sua proposta é de autogestão e autofinanciamento, e, sobretudo, de “autopercepção” da condição de ser negra.

Dentre as atividades desenvolvidas pela “Auto-Organização” durante um ano de existência, a participação na Marcha das Mulheres Negras foi uma das que tiveram maior destaque. Durante mais de seis meses, o grupo ficou centrado na preparação de seus membros para a participação no evento. Foram realizados diversos cursos de formação, mediante a apresentação de filmes e documentários, além de oficinas.

(Fonte: Facebook – Comitê Impulsionador Sergipe Marcha Mulheres Negras).

O envolvimento intenso da “Auto-Organização” na Marcha Nacional das Mulheres Negras demonstra a forte articulação desse grupo com demais entidades estaduais⁵ e nacionais. Tendo em vista tratar-se de uma mobilização que reuniu mulheres negras de

⁵ Unegro/SE, Movimento Negro Unificado, Quilombo Raça e Classe, Levante Popular da Juventude, Coletivo de Mulheres de Aracaju, dentre outros.

todos os Estados brasileiros, a participação da entidade na Marcha demonstrou o peso da articulação que as mulheres dispuseram.

Mesmo sem financiamento de órgãos públicos, a delegação de Sergipe conseguiu marcar presença com três mulheres da Auto-Organização. Conforme informações de uma das militantes que compôs a delegação, “nosso financiamento foi a partir do caixa do coletivo, a delegação foi composta por várias Organizações. Fomos de carona em um ônibus das companheiras da Bahia. Até Salvador fomos de carro.” (Conversa 4)

Considerações Finais - Das rotinas burocráticas aos protestos de rua?

Nos últimos dois anos, o chamado para que o movimento negro volte às ruas tornou-se recorrente entre os militantes de Sergipe. Diante da falta de uma estrutura política que lhes desse proteção em nível institucional⁶, tal forma de ação passou a ser reivindicada como possibilidade para que as demandas negras tivessem visibilidade, podendo serem tratadas com a atenção que demandam. Em matéria exibida pela Revista Rever, no dia 23 de agosto de 2014, o militante e jornalista negro Geilson GOMES chama atenção para o fato:

Já fazia um bom tempo que o movimento negro de Sergipe não mostrava sua força e luta nas ruas da cidade de Aracaju. Exceto nos 20 de novembro, dia da consciência negra, quando vemos alguns eventos e passeatas que, muitas das vezes, valorizam a beleza, as ações afirmativas e o papel do negro na sociedade. Na última sexta-feira, dia 22 de agosto de 2013, a população aracajuana viu um grito de liberdade sendo ecoado por muitos jovens negros e periféricos na primeira edição da **Marcha Nacional Contra o Genocídio do Povo Negro**. (GOMES, 2014)

Em tom de crítica à forma como o movimento negro atuou nos últimos anos na capital sergipana, o militante chamou atenção para que a “luta de rua” fosse repensada enquanto estratégia do movimento. Tomando como insuficientes as passeatas feitas no “20 de novembro”, a valorização da beleza negra, das ações afirmativas e do papel do negro na sociedade, o redator incita que, para além disso, é preciso sair dos debates ufanistas e adotar uma postura mais efetiva. Com isso, GOMES (2014) defende a necessidade de “gritar” a liberdade, de fazer esse grito ecoar através das vozes dos jovens, das periferias e da população aracajuana como um todo.

Ainda na matéria escrita por GOMES, outro militante do movimento negro, Pedro ALEXANDRE (2014), reafirma a necessidade de “o negro voltar para as ruas”:

⁶ Sobretudo em se tratando do Estado de Sergipe, no qual o Ministério Público e a Secretaria de Direitos Humanos e da Cidadania não têm desenvolvido ações tão satisfatórias.

O racismo no Brasil é histórico e é institucional. É caracterizado no Brasil que todo o pobre é criminoso. A partir do momento que o sujeito é preto e pobre o ataque a ele é mais aguçado. **Por isso que é mais que necessário que o movimento negro se junte, volte para as ruas e dê um basta ao extermínio da população negra.** Porque senão daqui a uns anos não teremos mais negros ocupando as ruas para fazer as denúncias. (ALEXANDRE, 2014)

“Juntar” o movimento negro e “voltar para as ruas” passou a ser, então, uma das propostas mais recorrentes entre os militantes negros. Assim, em lugar da busca do consenso e da articulação com o Estado, prima-se pela pressão e pela divulgação dos dados sobre violência e racismo. E, nesse sentido, vale mais ativar o papel dos jovens, dos grupos organizados, do que burocratizar os discursos em coordenadorias e secretarias que muitas vezes arquivam o problema. O relato abaixo sobre a Marcha contra a violência negra em Aracaju ilustra o quão a união da juventude é essencial para o combate às violências sofridas pelos negros:

A Marcha em Aracaju contou com a participação de jovens da periferia e de grupos culturais. De acordo com o músico da banda Kilôdoinhame, Thiago Sansão, **é importante que o movimento da cultura esteja reunido na luta contra o genocídio do povo negro.** “É importante para música e para história do negro”, frisa... Quem também se fez presente foi a **juventude do bairro Coqueiral.** O músico de cultura de rua, Anderson Luiz, integrante do grupo Aliados pelo Verso (ALPV), afirma que a polícia mata os pretos favelados e não dá em nada. “Na Zona Sul é segurança, na Zona Norte é repressão”, fala o jovem. (GOMES, 2014)

Nesse sentido, movimentos como o Hip Hop e a Unegro, sobretudo com o Projeto Empoderamento Crespo, vêm tornando-se cada vez mais fortes, de forma a tomar as ruas com mais frequência e intensidade. Tais movimentos apresentam um caráter não apenas cultural ou identitário, mas também um forte posicionamento crítico em relação à sociedade racista e ao “Estado opressor”.

Com o lema “O Hip Hop Salva”, o movimento formado por jovens da periferia de Aracaju exalta a importância dele enquanto reivindicador do direito do povo negro. Assim como nos exemplos anteriormente postos, o discurso desse movimento alerta para o sentimento de desproteção em relação às esferas institucionais e ao poder público (“porque o governo não favorece pra nós”). A citação abaixo, extraída de uma reportagem escrita por GOMES (2014) sobre o Hip Hop em Aracaju, faz referência à fala de um militante desse movimento, ilustrando a percepção dele sobre o significado de sua arte para as questões raciais:

“O Hip Hop é importante na luta do povo negro porque ele joga a ideia na mente mesmo, reivindicando o direito de nosso povo. Transformamos pessoas com o Hip Hop”, coloca Anderson. Além disso, ele relembra o caso que envolveu o sobrinho do secretário da segurança pública de Sergipe, João Eloy. “Como foi ele que foi pego roubando, alegam logo que é doença, mas se for um negro favelado vão dizer que ele já tem vício de roubar. Ninguém rouba porque

gosta. **As pessoas roubam por necessidade e porque o governo não favorece nós**". (Militante do Hip Hop, In: GOMES, 2014)

Sobre essa postura do movimento Hip Hop em Sergipe, o estudo de MARCON e FILHO (2013) demonstra com maior riqueza analítica o caráter político das expressões dessa juventude. De acordo com esses estudiosos,

no hip-hop, a militância político-social tem como um de seus focos a ênfase no sentimento de pertença à periferia, ao território de exclusão, de violência e de marginalização juvenil, atribuindo-se a responsabilidade por este quadro à sociedade civil e ao Estado (MARCON e FILHO, 2013: 513).

E acrescentam:

Tais aspectos demonstram um entendimento sobre a ausência do Estado no tocante à ineficácia política em direcionar políticas que contemplem as comunidades economicamente empobrecidas e sem infraestrutura. Nossos entrevistados dizem que tanto entendem quanto sentem cotidianamente essa ausência, que justificam ser um estímulo à sua ação crítica, ao engajamento social e à contestação do poder. (MARCON e FILHO, 2013: 535)

Como podemos observar, o movimento Hip Hop não elege uma crítica especificamente a algum governo ou Partido. A sua crítica é maior e mais generalista. Trata-se de atingir o "Estado capitalista", a ausência de instituições mais fortes para promover o fim da discriminação racial. A partir daí é que os jovens do movimento chegam ao descontentamento específico com o governo local. Nesse caso, falam dos casos de violência que os jovens negros e da periferia enfrentam sem que nenhuma ação seja tomada; da demora para efetivação das políticas públicas. E dessa forma é que confirmam o sentimento de "desproteção" em relação ao poder institucional.

O caráter crítico do movimento não impediu, porém, que, entre 2007 e 2008, o grupo ALPV, segmento do Hip Hop, estreitasse relações com o Governador do Estado, Marcelo Déda. De acordo com MARCON e FILHO (2013), a partir desse momento, o grupo passou a organizar um número maior de eventos, obtendo mais estrutura e ampliando a articulação política com outras redes, a exemplo da Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN) e a Rede de Jovens do Nordeste. Além disso, os autores destacam ainda que alguns membros do Hip Hop possuem também filiação partidária (PT e PC do B) e defendem que a atuação política é, sim, uma estratégia eficaz para a transformação individual e coletiva: "Com o envolvimento partidário eles dizem abrir um universo de possibilidades de reconhecimento social e de acesso às instituições públicas e organizações sociais não governamentais" (Idem).

Outro segmento do movimento negro em Sergipe que se destacou em 2014-2015 foi a chamada Unegro/SE (União de Negros e Negras pela Igualdade de Sergipe). Com seis anos de existência, a União foi fundada por um ex-dirigente de políticas raciais e

LGBT do Estado e atualmente se define como um movimento autônomo em relação ao Governo, porém com uma luta que visa o protesto de rua em consonância com a luta por espaços de poder. No ano de 2012, depois de se candidatar e perder pela segunda vez como vereador da cidade de Aracaju (a primeira vez em 2008), o Coordenador da Unegro afastou-se das atividades relacionadas ao movimento negro, concentra-se na temática de sexualidade e saúde, e a União fica algum tempo sem uma organização mais sistematizada.

No ano de 2014, porém, sob a direção de uma mulher, Taty Menezes, a Unegro sofreu uma profunda reestruturação, passando a desenvolver uma série de projetos que visavam a dar maior visibilidade ao movimento e à questão racial no Estado. Seja em protestos de rua, palestras em escolas, oficinas de dança ou poesia, cursos de formação ou ações mais incisivas como a invasão do INCRA junto com comunidades quilombolas, a União passou a dar novos contornos ao seu militância racial. Ao longo de pouco mais de um ano da reestruturação, a Unegro desenvolveu diversos e variados tipos de projetos, a saber: “Todo cabelo é bom” – realizado, sobretudo, em escolas –, em que são feitas oficinas de penteados e dadas palestras em afirmação da identidade negra; “Sintonia Periférica”, baseado no encontro com outros grupos e movimentos para debaterem questões raciais e voltadas para comunidades periféricas; Salubá Dança Afro, oficina de dança realizada todos os sábados para a comunidade em geral; Cine João Mulungu, no qual são debatidos temas relacionados ao negro e a mídia ou à história do negro no Brasil; Marcha do Empoderamento Crespo, semelhante à proposta do “Todo cabelo é bom”, a Marcha prima pela capacidade de envolver um público mais variado, já que foi uma ação aberta, realizada em ambiente público.

Vale destacar ainda que a Unegro participou ativamente do processo de preparação para a Marcha das Mulheres Negras (2015) com o público sergipano, levando, inclusive, representante para o evento em Brasília. E tal fato pressupõe desde a articulação da União com outras entidades negras em Sergipe, como a Auto-Organização das Mulheres Negras, até o estreitamento com o debate em nível nacional.

Por fim, dentro desse universo de movimentos que têm retomado a “luta de rua” como forma de protesto da causa negra, podemos destacar a atuação dos intitulados “Povos de Comunidades Tradicionais de Matriz Africana”. Em Sergipe, esse movimento vem desenvolvendo, sobretudo a partir de 2012, ações, concomitantemente, de manifestações de rua e articulações com a esfera institucional.

BIBLIOGRAFIA

- AFROPRESS. **O fim da SEPPIR e das ilusões nos puxadinhos do Estado**. Setembro, 2015. Disponível: <http://www.afropress.com/post.asp?id=18471>.
- BAIROS, Luiza. **Entrevista da Ministra Luiza Bairro ao AfroPress**, disponível em: <http://www.afropress.com.br/post.asp?id=12120>.
- BAIROS, Luíza Helena. **Orfeu e poder: uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil**. Afro-Ásia, 1994. p. 173-186.
- CEAFRO. **Informe sobre políticas e movimentos negros em Sergipe**. Set. 2009. Disponível em: www.ceafro.ufba.br/web/index.php/publicacoes.
- GONZALES, Lélia. Entrevista. In: **Enegrecer** – Coletivo Nacional de Juventude Negra, 2013. Disponível em: http://www.democraciasocialista.org.br/democraciasocialista/publicacoes/download_orig_file?pageflip_id=971430
- HASENBALG, Carlos. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 38, nº 2, 1995. p. 355-374.
- _____. Entrevista. GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Dossiê – Sociologia da Desigualdade. **Revista Tempo Social**. v. 18, nº 2, São Paulo, novembro, 2006.
- LINO, Nilma. **Nilma Lino ataca o golpe e critica o fim da Seppir**. Entrevista concedida a CUT e publicada em 23 de junho de 2016. Disponível em: <http://www.cut.org.br/noticias/esse-golpe-tem-como-destinatario-principal-as-politicas-sociais-emancipatorias-13fd/>
- OLIVEIRA, Laila. **Entrevista concedida ao site “Bagaceira”** em 30 de janeiro de 2016. Disponível em: <http://bagaceiratalhada.com.br/quem-sobre-puxa-a-outra-quando-o-novembro-foi-negra-e-de-luta/>.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Dos movimentos sociais às manifestações de rua: o ativismo brasileiro no século XXI**. Revista Política e Sociedade – Florianópolis – Vol. 13, nº 28, Set./Dez. de 2014.

ENTREVISTADOS

A) Militantes que ocuparam cargos nas instituições de promoção da igualdade racial em Sergipe

Entrevista 1: Mulher, 37 anos; foi assessora de políticas de promoção da igualdade racial em Sergipe. Na época da entrevista, era coordenadora de projetos da sociedade de estudos étnicos, políticos, sociais e culturais “Omolayê”. Cooperou em projetos como “Odoúá”. Julho de 2012

Entrevista 2: Homem, 46 anos. Coordenador da Coordenadoria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, vinculada à Secretaria de Participação Popular. Agosto de 2012

Entrevista 3: Homem, por volta de 40 anos. Assessor administrativo da Copir Estadual entre 2004-2005. Agosto de 2012

Entrevista 4: Homem, 49 anos. Um dos três gestores da Copir Estadual. Agosto de 2012

Entrevista 5: Homem, 40 anos. Fundador do UNEGRO – Movimento Negro de Aracaju; Coordenador do Programa Municipal de DST, AIDS e Hepatites Virais; desenvolve o projeto “Sob a Proteção dos Orixás”, junto à população afro-brasileira. Agosto de 2012

Entrevista 6: Mulher, 45 anos. Nascida na comunidade Quilombola Mussuca. Até a entrevista era Secretária de Inclusão Racial da cidade de Laranjeiras. Janeiro de 2013.

Entrevista 7: Homem, 48 anos. Dirigente da Secretaria de Direitos Humanos e membro da Copir Estadual. Janeiro de 2013.

Entrevista 8: Mulher, 48 anos. Dirigente da Secretaria de Direitos Humanos e “representante” dos eventos ligados à política racial.

Entrevista 9: Mulher, 28 anos. Coordenadora de Igualdade Racial no município de Barra dos Coqueiros. Abril de 2013.

Entrevista 10: Homem, 49 anos. Dirigente da Copir Estadual de Sergipe. Outubro de 2015.

Entrevista 11: Homem, 52 anos. Dirigente da pasta de comunidades quilombolas pela Seppir. Outubro de 2015.

A) Conversa com militantes negros não institucionalizados

Conversa 1: Homem, 37 anos. Membro do Grupo Criliber. Setembro de 2012.

Conversa 2: Homem, idade não identificada. Considerado um dos fundadores do movimento negro em Sergipe e militante autônomo da questão racial. Outubro de 2012.

Conversa 3: Mulher, 43 anos. Militante do movimento afro-religioso e uma das fundadoras do grupo Omolaiê. Março de 2013.

Conversa 4: Mulher, 34 anos. Militante da Auto Organização das Mulheres Negras de Sergipe. Setembro, outubro de novembro de 2015.